

Histórias de “movimentos”: a migração de homens, mulheres e famílias de Portugal à Amazônia *joanina* (1808-1821)

Antonio Otaviano Vieira Junior*

Daniel Souza Barroso**

Resumo

No esforço de matizar a compreensão do impacto da presença da Família Real Portuguesa no Brasil para além do Rio de Janeiro, este trabalho tem como objetivo ensinar uma reflexão acerca dos *anos joaninos* (1808-1821) na Amazônia, dando ênfase ao papel e à importância da família no movimento de população entre Portugal e o Pará. Para tal, além de outras fontes, são utilizadas as solicitações de permissão de viagem feitas aos administradores de Portugal, durante a ocupação francesa e a ausência da Família Real no país.

Palavras-chave: Amazônia *joanina*; Movimentação migratória; População no Pará.

Prólogo

No Cais de Lisboa, naquele movimentado 27 de novembro de 1807, um raro evento se desenrolava. A Corte, incluindo a rainha e o príncipe, iniciava sua transferência para o outro lado Atlântico; uma viagem que transformaria uma simples colônia na sede de um Império. Pela primeira vez, desde os tempos dos descobrimentos no Além-Mar, o *Velho Mundo* assistia um Regente deixar o continente e buscar refúgio em terras do *Novo Mundo*.

Imaginar a partida da Corte não é tarefa fácil, principalmente pelas incertezas quanto ao número de pessoas que compunham a comitiva real, embora a versão mais repetida oscile entre 10 e 15 mil membros. Outra estimativa é menos generosa, apontando que inicialmente 211 pessoas, mais a Família Real, chegaram ao Brasil em 1808, sendo acompanhadas, no ano seguinte, por mais 233 viajantes. Também é possível encontrar uma versão que afirma que seis mil seriam apenas os que seguiram a

* Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará - UFPA e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

** Mestrando em História pela Universidade Federal do Pará - UFPA, sendo bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

esquadra naval, tendo ainda que somar a Família Real e os membros da Corte. A discrepância entre os números arrolados pode se explicar fundamentalmente pela variedade de fontes utilizadas e pelo próprio tratamento analítico dispensado a tais documentos (MALERBA, 2008: 170-176). Concomitantemente, essa variação ajuda a pensar que a dramaticidade da viagem da Corte para o Brasil deixou um rastro de muitas versões... e de possibilidades de investigação.

Apesar de se considerar muitas incertezas, podemos encontrar testemunhos que destacam as tensões e as representações que cercaram a partida da Corte, como na cena descrita nas memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna, José Trazimundo, que mesmo que com cinco anos de idade teve suas lembranças marcadas pela correria e tristeza do embarque real:

Minhas tias mandaram logo [chamar] por duas carruagens, que nos levaram a toda a pressa ao cais de Belém, onde reinava a maior confusão e desordem. As bagagens da corte, expostas ao tempo e quase abandonadas, ocupavam desde a rua da Junqueira até o cais; as carruagens não puderam entrar no largo de Belém, porque o Estado do Príncipe, o imenso povo que estava no largo, as bagagens e o regimento de Alcântara, que fazia a guarda de honra, impediam o trânsito. Não pudemos, portanto, ver os nossos parentes que partiam... Nunca esquecerei as lágrimas que vi derramar, tanto ao povo como aos criados da Casa Real, e aos soldados que estavam no largo de Belém.¹

Entre números imprecisos e memórias recriadas, rumo ao Brasil navegava um período marcado por transformações sociais, políticas e econômicas, ao qual, hoje, chamamos de *joanino* (1808-1821). Anos de histórias de muitas separações: separações de um príncipe de seus súditos, separação de uma Corte de sua origem, separação de uma colônia de sua metrópole, separação de uma nobreza de parte de sua riqueza, separação de proprietários de seus pertences, de soldados de seus generais, de criados de seus senhores, separação de populações... separação de famílias.

¹ *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, v. 1. Coimbra: Imprensa Universitária, 1932, p. 32.

Entre tantas separações e imprecisões, os números também podem ser nossos aliados ao tentarmos enveredar pela “dinâmica da distância”, ou seja, ao considerarmos o fluxo de pessoas que deixaram portos lusitanos em busca abrigo no Brasil – notadamente na Amazônia. São números que ancoram possibilidades de investigação e marcam “movimentos”. “Movimentos” que não eram novidade entre Portugal e o Brasil, mas que passaram a ter novos contornos. Trataremos de um porto e de uma população ao norte da América Portuguesa, onde por diferentes motivos vivenciaram-se *partidas e chegadas* entre 1808 e 1821.²

Para além embarcações, pessoas...

Não eram somente navios que partiam ou chegavam ao porto de Belém nos anos *joaninos*. A relação entre Portugal e a Amazônia não se resumia ao transporte de mercadorias e nem ao simples ancoradouro, mesmo que em localização estratégica. Pessoas também saíam de Lisboa ou do Porto rumo à capital do Pará. E é sobre o perfil desse movimento que passaremos a abordar.

A documentação que sustenta esta análise está disposta no Arquivo Histórico Ultramarino Português: são as solicitações de permissão de viagens feitas aos administradores de Portugal durante a ocupação francesa e a ausência da Família Real. Os pedidos pesquisados estão relacionados à saída com destino direto ao Pará. Uma documentação limitada para o esforço de compreensão do perfil demográfico desse movimento migratório, pois não é difícil imaginarmos pessoas fugindo de Portugal sem a autorização de uma administração precária e submetida a constantes mudanças de governantes e aos dissabores da guerra.

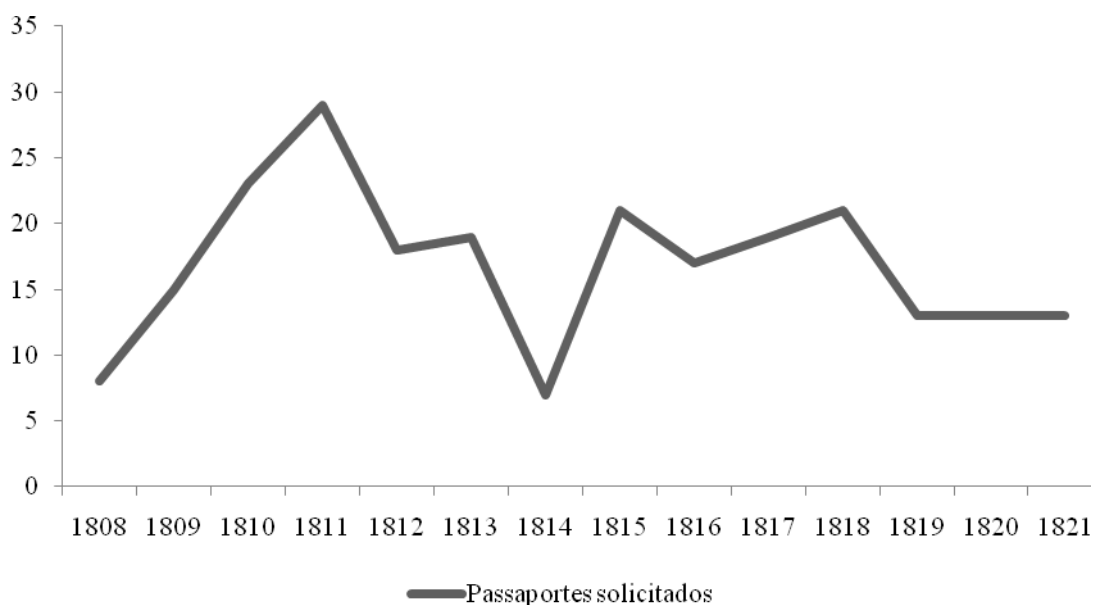
Apesar dos limites, os números construídos a partir desses registros são um indicativo do perfil do fluxo de pessoas para Belém do Grão-Pará. Entre 1808 e 1821, a média foi de 17 solicitações de *passaporte* ao ano, um número significativamente inferior às 41 embarcações por ano que passavam pelo porto da cidade no mesmo período. Um aumento, sem dúvida, aos anos anteriores. Em 1807, pouco antes da transferência da Família Real, foram pedidas 12 autorizações de viagem.

² Não é nosso objetivo discutir, neste trabalho, as políticas de população do período joanino. Para uma discussão mais densa sobre essa temática, cf.: BOTELHO & PAIVA, 2008.

O ano de 1811 representou o ápice do número dessas solicitações: ao todo, foram concedidas 29 autorizações de embarque. Entre a chegada da Família Real ao Brasil (1808) e o último ano de grandes confrontos na pacificação da Península Ibérica (1815), temos 140 (60%) autorizações expedidas para partida de viajantes de Portugal para o Pará. Outras 96 autorizações, ou 40% dos passaportes expedidos, correspondem aos anos 1816 a 1821.

Essa constância nos pedidos de *passaporte* ao ano, com exceção de um pequeno decréscimo em 1814, é interessante, principalmente quando cotejamo-la ao perfil das embarcações que freqüentaram no porto de Belém no mesmo período. A inflexão operada nesse perfil a partir de 1815, caracterizada pela diminuição da presença de navios portugueses e pelo aumento da quantidade de navios estrangeiros, cada vez mais significados e variados, ancorando na cidade,³ não implicou em alterações no fluxo de moradores de Portugal que desejavam vir ao Grão-Pará.

GRÁFICO 01
Solicitações de *passaporte* ao Pará (1808-1821)



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Pará. Solicitações de *passaporte*.

³ Cf.: VIEIRA Jr. & BARROSO, 2010. Para uma discussão mais aprofundada sobre a abertura dos portos do Brasil, ver: ARRUDA, 2008.

Mas, fuçamos dos números pela pouca confiabilidade da documentação e nos fixemos no exame das trajetórias individuais, que mesmo circunscritas a histórias de vida, nos possibilita pensar o que foram os anos *joaninos* para pessoas que deixaram Portugal e chegaram a Amazônia. E mais, num movimento de refluxo, as trajetórias individuais podem auxiliar a análise de tendências populacionais mais gerais, apontando limites e possibilidades documentais.

Homens em rumo do Pará

No entanto, a mais famosa travessia foi da frota que conduzia a Corte. A frota trazendo a família real ancorou em Salvador no dia 22 de janeiro de 1808. As ruas da cidade lentamente foram tomadas por súditos curiosos para verem de perto ao príncipe e a Rainha.

Em Lisboa, um dia após a chegada da Corte à Bahia, Joaquim Alves Godinho também fazia preparativos de viagem para o Brasil, e solicitava permissão para partir de Portugal. Porém, não pretendia aportar na cidade baiana ou no Rio de Janeiro, e sim na capital paraense. Não atravessaria o oceano seguido por centenas de famílias nobres, mas tentava embarcar com seus dois supostos filhos, um criado, “duas criadas pretas” e a esposa. Justificava seu pedido de deslocamento pelo fato de ter morada em Belém, e lá exercer o ofício de cirurgião. O intrigante do seu pleito era a presença dos filhos. O *passaporte* solicitado, no dia 23 de janeiro de 1808, trazia uma anotação lateral informando que Godinho partiria com a esposa, Gertrudes Justina, dois filhos, um criado e “duas criadas pretas”. Mas, estranhamente, durante a reiteração da solicitação do *passaporte*, uma semana depois, Godinho textualmente afirmou: “não tem o Suplicante filhos e nem esperança de tê-los, pella sua avançada idade por tanto não pode ser útil a esse país [Portugal]”.

Parece-nos que o fato de ter ou poder ter filhos dificultaria a permissão de viagem, já que a ausência da prole foi apresentada como ponto favorável para seu deslocamento até o Pará. De qualquer modo, não podemos esquecer da anotação na lateral da página do primeiro pedido de *passaporte*, e também o fato de Godinho fazer referência a sua família nos dois documentos. Na realidade, seria apenas a esposa? Envolveria os criados? Os filhos seriam de frutos de outra relação da esposa? Perguntas que hoje temos poucas condições de responder.

Mesmo considerando limites documentais, podemos estabelecer um diálogo entre casos particulares e tendências mais gerais, em um esforço de compreensão do significado da autorização de viagem pleiteada por Joaquim Godinho e sua família (incluindo os supostos filhos). O primeiro ponto é a quantidade. Em todo período *joanino* foram solicitados 236 pedidos de viagem para o Pará (considerando a documentação do Arquivo Ultramarino de Portugal); o que não corresponde, certamente, ao real número de pessoas que deixou Portugal rumo à capitania paraense. Não seria absurdo imaginar a possibilidade de muitos navios partirem de Lisboa e do Porto sem a permissão das autoridades (principalmente considerando os anos de guerra e de ocupação de parte do território lusitano), trazendo passageiros não declarados e sem *passaporte*.⁴

Não obstante, Joaquim Godinho pediu apenas um passaporte, mas esse não se resumia a sua partida; compreendia também criadagem, supostos filhos e esposa. No geral, embora tenham sido pedidas 236 autorizações de viagem, o número dos envolvidos era superior pela presença de “agregados”. Além dos 236 solicitantes, foram identificados 40 “agregados”, que representaram quase 17% da soma das pessoas de todos os pedidos. A soma dos solicitantes de *passaportes* e dos “agregados” apresenta uma média de 21 pessoas ao ano tentando viajar rumo ao Pará. Talvez não fosse um número expressivo, especialmente quando comparado com o provável contingente que acompanhou D. João ao Brasil. Mas instiga-nos a problematizar, em relação ao período *joanino*, possíveis alterações populacionais na Amazônia – pelo menos quanto ao quadro migratório.

Essa tentativa de ponderar sobre os limites das possíveis alterações na população da Amazônia é reforçada quando consideramos o perfil dessas migrações. Para viajar, foi o próprio Joaquim Godinho quem solicitou a autorização; uma ação que era predominantemente masculina. Do total de pedidos de embarque ao Pará, aproximadamente 03 em cada 04 foram feitos por homens. Em um primeiro olhar, poderíamos pontuar, a partir dessa tendência, uma maior possibilidade de mobilidade masculina. Sim, mas em termos, pois não podemos nos esquecer que Joaquim viajaria

⁴ Projeto Resgate, Pará, Arq. Histórico Ultramarino, doc.10735 REQUERIMENTO de Joaquim Alves Godinho, para o príncipe regente [D. João], solicitando a confirmação da concessão de passaporte com destino ao Pará; e doc. 10737. REQUERIMENTO de Joaquim Alves Godinho, para o príncipe regente [D. João], solicitando licença de transporte para a cidade de Belém do Pará.

acompanhado ao menos por sua esposa. Então, as solicitações feitas por homens não escamoteariam o deslocamento de mulheres, como nesse caso?

Entre as solicitações masculinas que declararam “agregados”, apenas oito pedidos não envolviam cônjuges. Outros 24 casos envolviam homens com suas respectivas esposas. Ou seja, de 175 homens que solicitaram licença para viajar ao Pará, 18% viajaram acompanhados. Mas, quando comparado ao quadro geral de pedidos masculinos, o caso de Joaquim Godinho se enquadrava no rol seletivo de homens que partiram de Portugal com cônjuges.

A justificativa para o pedido feito por Joaquim nos traz outras informações. O seu pedido, mesmo que se valesse de um jogo retórico para fugir de Lisboa, vinculava sua partida ao fato de retornar para casa. Joaquim explicitou para as autoridades que havia residido em Belém por mais de 16 anos, onde tinha “casa de morada”. Em Lisboa, ainda segundo o próprio Godinho, ele e sua família encontravam-se “na maior desgraça pelos fundos do seu giro se acharem no Pará”, onde exercia a função de cirurgião. O que significava dizer que ele estava “partindo” de Lisboa motivado por suas precárias condições de subsistência. E mais, que o Pará era local de sua residência onde não apenas tinha propriedades e exercia um ofício, mas, também, tinha uma base domiciliar. Joaquim Godinho estava “retornando” para sua morada em Belém do Pará.⁵

Considerando os motivos explicitados nos pedidos de *passaporte* formalizados por homens, 20% (35) apontavam o “retorno” como justificativa da viagem. Ou seja, eram homens que alegavam já ter residência no Pará. Ainda considerando as solicitações masculinas, somente 0,1% (03) declarou o empenho de se estabelecer pela primeira vez em território paraense.

Tão significativo quanto o número de retornos, como no caso de Joaquim Godinho, era o percentual de pedidos associados diretamente à navegação. Eram homens que apenas exerciam funções em embarcações que pretendiam aportar no Pará. Esses casos também figuravam no percentual de 20%; com destaque para a presença de capelães de navio (11%).

⁵Projeto Resgate, Pará, Arq. Histórico Ultramarino, doc.10735 REQUERIMENTO de Joaquim Alves Godinho, para o príncipe regente [D. João], solicitando a confirmação da concessão de passaporte com destino ao Pará; e doc. 10737. REQUERIMENTO de Joaquim Alves Godinho, para o príncipe regente [D. João], solicitando licença de transporte para a cidade de Belém do Pará.

Somando os números de “retornos” com os números dos “navegadores”, temos uma perspectiva que minimiza o impacto da presença da Coroa no processo de migração para Amazônia. Considerando a população masculina, 40% dos deslocamentos estavam associados ao “retorno” ou às funções de navegação. A esse número somam-se 10% de homens que foram degredados (27% não identificaram o motivo). Temos um quadro onde **não ganham** destaque empreitadas masculinas empenhadas em garantir pela primeira vez residência na Amazônia *joanina*.

Todavia, nem mesmo os homens que viajavam acompanhados de suas esposas, excetuando os “retornados”, poderiam indicar um empenho de se estabelecer num período mais duradouro no Pará. Dos 24 maridos que durante o período *joanino* partiram de Portugal com suas esposas, 12 deles (50%) tinham uma razão compulsória comum: o degredo.

Era o caso de José Antonio Martins, comerciante natural de Setúbal. Em novembro de 1818 se encontrava preso na Ribeira das Naus. Deveria embarcar o mais breve possível para Belém, onde cumpriria sua pena de degredo por cinco anos. Escrevera uma solicitação a D. João VI destacando que havia sido condenado injustamente, fruto de acusações falsas de seus inimigos e principalmente pelo mau cumprimento da legislação, pois no seu processo não houve exame de corpo e delito e nem pronúncia para sua prisão. E mais, deixava nas entrelinhas uma reclamação sobre a partida do soberano, enfatizando que uma autoridade local, D. Miguel Pereira Forjaz, fazia as “vezes” do Rei: “Vossa Excelência é que faz as vezes e quem enxuga as lagrimas da saudade do nosso amantíssimo (sic) soberano auzente”... Mas, o objetivo da solicitação era pedir a autorização para que sua esposa o acompanhasse durante o degredo. E justificava o pedido:

e o que mais sente he deixar sua mulher e filhos entregues a hua desgraçada ruína, por não ter tempo de cobrar (...) dividas que se lhe devem, e nem por vigorarse das graves enfermidades que padece...⁶

⁶Projeto Resgate, Pará, Arq. Histórico Ultramarino, doc.11439. REQUERIMENTO de José António Martins, negociante da vila de Setúbal, para o rei [D. João VI], solicitando licença para que a esposa, Felícia Rosa, o acompanhe na viagem de degredo para o Pará, a que fora condenado.

O caso de José Antonio entrava em sintonia com metade dos pedidos feitos por maridos que desejavam levar a esposa como acompanhante: iniciava-se a partir do degredo. E mais, nas dificuldades de sobrevivência da família fracionada, estava a justificativa da ação de José Antonio. Um homem que reclamava da sua suposta condenação, das dificuldades de subsistência da mulher e dos filhos, e que pensava passar cinco anos no Pará acompanhado da família.

Embora, o mais comum fosse homens condenados ao degredo solicitarem a companhia da esposa, esses casais não estavam isentos de conflitos conjugais. Casais degredados, unidos muito mais pela dificuldade da esposa subsistir em Portugal, nem sempre permaneciam unidos. Como no caso de Teresa de Jesus, cujo marido cometeu vários “crimes”. Sob condenação, o citado esposo foi degredado para o Pará, onde deveria ficar por cinco anos. A esposa, Teresa, se ofereceu para acompanhá-lo. Mas, em 1814, Teresa não suportava mais as agressões impostas pelo cônjuge, e entrava com um pedido de autorização para retornar a Lisboa; justificando o pedido pelos maus tratos dispensados pelo marido a ela e a um filho menor. Parece-nos que a esposa preferiu a insegurança da subsistência que poderia se abater sobre ela e o filho, do que ficar exposta a violência impetrada pelo marido.⁷

Mulheres para Belém

Em 1809, apareciam os primeiros pedidos demandados por mulheres através de seus procuradores. Como no caso de Maria Luiza de Barros, que em 18 de abril de 1809, solicitara autorização para deixar Lisboa e ir para Belém do Pará. Maria havia nascido em Lisboa e pretendia embarcar com sua filha de um ano e nove meses. A menina chamava-se Ana Luiza. O motivo alegado era atender ao chamado do marido, Antonio Daniel, que já estava residindo na cidade de Belém. Ou seja, a mãe e a filha buscavam juntar-se ao marido e pai para estabelecer residência no Brasil. A “chamada” feita por Antonio Daniel era um forte indício do esforço de fincar morada no Pará: o que justificaria a reunião da família em Belém. O *passaporte* não deixava claro há quanto

⁷Projeto Resgate, Pará, Arq. Histórico Ultramarino, doc.11059. REQUERIMENTO de Teresa de Jesus para o príncipe regente [D. João], solicitando o seu regresso ao Reino e afastamento de seu marido, Manuel Francisco, condenado ao degredo no Pará, e a quem acompanhou na viagem, devido aos maus tratos por este praticados contra a pessoa da suplicante.

tempo Daniel estava no Brasil, mas a pouca idade da filha pode estabelecer uma estimativa.

O *passaporte* também coadunava o depoimento de três testemunhas, que atestavam a origem, o motivo e a identidade de Maria. As três testemunhas eram marítimos, entre eles dois pilotos. Além dos depoimentos, o passaporte trazia a aval de dois “homens de Negócio” atestando que Maria partiria para Belém em companhia de sua filha e para se encontrar com o marido. Somado ao depoimento das testemunhas e ao aval dos “homens de negócio”, estava a declaração do capitão do “Navio Comerciante”, que informava estar levando Maria e sua filha para Belém do Pará, com a intenção de uni-las, respectivamente, aos seus marido e pai.

E se Maria Luiza alegava como justificativa para a viagem o esforço de reunir-se ao esposo, podemos entrever outras mulheres com o mesmo empenho. É o caso de outra Maria, a Maria Joaquina dos Santos, em 20 de abril de 1809. Joaquina havia nascido e morado no Porto e pedia para ir a Belém acompanhada por sua mãe viúva e dois filhos, um com 06 e outro com 04 anos. Deixaria Portugal levando um grupo familiar mais dilatado, incluindo a mãe viúva. O instigante nesse documento é o fato de Maria Joaquina, seus dois filhos e sua mãe terem embarcado na mesma viagem que levara Maria Luiza e sua recém-nascida filha à Belém do Pará.⁸

Duas famílias deixavam Portugal e rumavam para Belém. Essas duas mulheres não compartilharam apenas da mesma viagem, mas também declaravam o mesmo motivo: ficarem juntas dos respectivos maridos e residir com as famílias no Pará – onde os cônjuges haviam se estabelecido. O “Navio Comerciante” foi palco, naquele mês de abril de 1809, do encontro entre “Marias”. “Marias” que deixavam Lisboa e rumavam para Belém; “Marias” que buscavam o amparo do marido; “Marias” que levavam seus filhos rumo a uma distante e mal conhecida região do outrora poderoso Império lusitano e que agora se deparava com as incertezas advindas das empreitadas napoleônicas. No convés do *Comerciante*, histórias parecidas se encontrariam.

O caso de Maria do Rosário também é instigante. E o é pelas instruções que acompanhavam a “carta de chamada”, escrita por Zeferino Xavier, seu marido. Zeferino havia partido para a capital paraense antes mesmo da ocupação francesa e em 1805 já

⁸ Projeto Resgate, Pará, Arq. Histórico Ultramarino, doc.10762. REQUERIMENTO de Maria Joaquina dos Santos, para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaporte com destino à cidade de Belém do Pará, indo ao encontro de seu marido, Manuel Carlos dos Santos.

morava na cidade de Belém. Após cinco anos distante da família, ele achava que chegara o momento de chamar a esposa e o filho. E por isso, Rosário, a esposa, em 1810, solicitara o direito de viajar para Belém acompanhada de um filho com seis anos de idade. A carta do marido fora escrita em agosto de 1809, no Pará. A mesma chegara às mãos de Rosário por intermédio de um comerciante que vinha de Belém e logo nas primeiras linhas orientava a esposa *para se por* “em prática seu avizo”.

Na carta, Zeferino explicitava sua vontade de buscar pessoalmente Rosário e seu filho, como podemos observar: “Eu queria antes ir em lugar da carta.... Mas, logo justificada a sua impossibilidade: porem este gosto não me é possível tello pelo desarranjo em que fica meu giro” (sic). O negócio estabelecido por ele no Pará não lhe permitiria uma presença intermitente, mas contínua, o que na carta de chamada aparece como justificativa para a permanência no Brasil.

Malgrado, a missiva trazia claras instruções para Rosário, de como ela deveria proceder ao chegar a Belém. Primeiro, deveria ir à casa dos irmãos Feliciano e Domingos Colares, pois eles providenciariam a ida de Rosário e de seu filho até onde seu marido estava no Pará. Ao compadre, que morava em Portugal, também escrevia pedindo que esse auxiliasse sua esposa a suprir qualquer eventual necessidade de vestuário. A partida de Rosário deveria ser rápida, visto que Zeferino esperava reunir-se com sua família já no Natal. Para tanto, pedia que a sua esposa e seu filho embarcassem logo no primeiro navio que pudessem; e que se não o fizessem, que lhe avisassem em qual embarcariam. Ele teve que esperar, pois apesar de remeter a carta em agosto de 1809, somente em 15 de janeiro de 1810 o processo começou a caminhar. Zeferino passou mais um Natal longe da mulher e do filho.⁹

A carta de chamada também orientava que a esposa vendesse os “trastes” que tinha em casa. Embora tivesse dúvida sobre a possibilidade da existência de tais “trastes”, explicitada numa lacônica frase: “se he que ainda tem algum”. Essa dúvida pode sugerir uma instabilidade econômica na vida de Rosário, explicada parcialmente pela situação de Portugal após a partida da Corte, pois houve um expressivo deslocamento de parte de sua base econômica para o Brasil, incluindo a intensidade do comércio e a circulação de

⁹Projeto Resgate, Pará, Arq. Histórico Ultramarino, doc. 10802. REQUERIMENTO de Maria do Rosário, para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaporte com destino à cidade de Belém do Pará, acompanhada de seu filho, Tomé José Xavier, indo ao encontro de seu marido Zeferino José Xavier.

capital. Nesse quadro, Rosário tinha que sustentar a si e a um filho, e sem ajuda dos pais que já eram falecidos. A venda dos “trastes” serviria, portanto, como meio de sustento. No entanto, na mesma carta o marido orientava Rosário a não se desfazer da cama; esta deveria acompanhá-la até o Pará. Tratava-se de um “traste especial”, que merecia ser mantido no patrimônio da família. Um “merecimento” que se justificava pela limitada possibilidade de aquisição de mobília no Brasil e seu elevado custo.

Após todas as orientações, o marido reforçava o desejo de se reunir com a esposa: “o mais que me resta fica para a vista, que só com ella serei feliz”. Encerrava a carta mandando lembranças a muitos conhecidos e parentes que residiam em Portugal, assinando-a como: “Seu fiel esposo, Zeferino José Xavier”.

A “carta de chamada” é instigante por apresentar problemas corriqueiros que envolviam o deslocamento para a Amazônia. O cuidado com os bens que ficavam em Lisboa; a debilidade material no Pará; as redes de sociabilidade criadas em Belém e que deveriam amparar a chegada da esposa; a entrada de Zeferino em regiões distantes à Belém; o desejo de reencontrar a família, os amigos e parentes que continuavam em Portugal... todos esses elementos integravam uma espécie de “cotidiano da separação” de um casal que, dos sete anos de possível vida marital, tiveram durante cinco anos o Atlântico como fronteira.

Mas, no geral, quais seriam os motivos alegados por mulheres para deixarem Portugal em busca do Amazônia? Dos (61) casos que envolviam mulheres, 42% (26) estavam justificados pelo empenho da esposa em acompanhar ao marido. Seja um marido que foi degredado, ou principalmente, um esposo que buscava morar no Pará. Como no caso de Zeferino que chamava Rosário para fazer residência em Belém. Em outros casos, as mulheres alegavam acompanhar parentes masculinos, como filhos (8%), irmãos (6,5%), genro ou pai (3%). Ou seja, 61,5% das partidas das mulheres eram justificadas pelo fato de acompanharem a iniciativa de parentes masculinos.

Assim, marca-se uma diferença significativa entre os motivos alegados por homens e por mulheres para alcançarem a Amazônia. Os homens no geral declaravam retornar para suas moradas no Pará (20%) ou acompanhar as embarcações onde exerciam ofício (20%). No caso das mulheres, o destaque era dado para seus empenhos em seguir o marido. Somente 5% (3) das mulheres alegaram buscar em Belém do Pará por iniciativa

própria – por mais que amparadas por outros parentes – e como uma alternativa de sobrevivência que não estava relacionada diretamente a uma determinação masculina.

Foi o caso da ex-escrava Joaquina Maria, nascida em Angola, de 25 anos de idade e que residia em Lisboa. No dia 26 de maio de 1809, solicitava *passaporte* para retornar ao Pará, junto a uma filha chamada Paula Francisca de pouco mais de quatro anos. Paula era natural do Pará, ou seja, sua mãe estava há pouco tempo morando em Lisboa. Foi para a capital portuguesa acompanhando seu senhor, José Monteiro de Carvalho, e por morte desse ganhou sua liberdade. Agora forra, e em Lisboa, Joaquina precisava garantir a vida naqueles tempos de incertezas, tempos de súditos sem soberano. Declarou que sua ida para Belém se justificava por não ter condições de se sustentar na capital portuguesa e por contar no Pará com o apoio de parentes. No final, o pacote Santo Antonio do Pará foi autorizado a levar a ex-escrava e a filha.¹⁰

O outro caso foi de d. Ana Raimunda Góes Freire, viúva do desembargador Manuel Freire. Em abril de 1817, Dona Ana solicitara o direito de partir de Lisboa, onde morava, para a cidade de Belém. O pedido se estendia a três filhos menores; um com 11 anos, outro com cinco anos e o mais novo com três meses de idade. Também foi solicitado o *passaporte* para sua criada Maria Gertrudes, uma portuguesa com 20 anos de idade. Dona Ana era viúva e pela idade da filha mais nova presume-se que recentemente perdera o marido. Mas, o que levaria a viúva de um alto funcionário, com seus três filhos e uma criada partir de Lisboa para Belém naquele ano de 1817? A explicação talvez resida no fato de Dona Ana ser natural de Belém do Pará, onde provavelmente tinha uma base familiar que lhe garantiria a subsistência sua e de seus filhos.¹¹

O último caso que gostaríamos de citar é o de Vitória Maria Teresa, viúva, e natural do Pará. Fora para Lisboa acompanhando o filho que era cirurgião numa Nau Real. Após o falecimento do filho na capital portuguesa, Vitória solicitava em 1810 a autorização para voltar a Belém com a filha e o neto de seis anos. Alegava que estava

¹⁰ Projeto Resgate, Pará, Arq. Histórico Ultramarino, doc.10766. REQUERIMENTO de Joaquina Maria, para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaporte com destino à cidade de Belém do Pará.

¹¹ Projeto Resgate, Pará, Arq. Histórico Ultramarino, doc. 11156. REQUERIMENTO de Ana Raimunda de Góes Freire, viúva do desembargador Manuel Joaquim Ribeiro Freire, para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaporte para viajar com destino ao Pará, levando seus três filhos menores, Inês Amália dos Santos, Cipriano Ribeiro Freire e Maria Honorata.

passando “grandes mizerias e necessidades pela falta de abrigo e amparo do dito seu filho sem terem por quem as sustentem”... Vitória formava um intrigante grupo familiar em Lisboa, pois a paraense viúva morava com a filha (sem referência ao genro), com o neto e com o filho que era o provedor da residência. Continuando seu relato, empenhada em transmitir a gravidade de sua situação, Vitória Maria dizia que no Pará tinha dois filhos, e que estes serviriam como base de apoio em Belém para que ela, a filha e o neto retornassem.¹²

Considerando o caso da ex-escrava, da viúva do desembargador e de Vitória, encontramos os três únicos processos de *passaporte* solicitados por mulheres que destacavam como motivo da viagem a vontade de estabelecer vida em Belém. Não atrelando suas viagens **diretamente** a parentes masculinos específicos, como a maioria dos casos, tais mulheres buscavam retornar à terra de suas famílias. Conquanto estivessem separadas por estamentos sociais tão distantes, a ex-escrava Joaquina Maria, Dona Ana e Vitória tinham como marco do deslocamento inicial o falecimento de seus “provedores” em Lisboa; seja o senhor, o marido ou o filho.

Os casos citados possibilitam pensar que as viagens de mulheres ao Pará não se limitavam a um único estamento social. Envolviam senhoras casadas acompanhadas de seus filhos, viúvas com seus netos, como também uma ex-escrava e sua filha. A cidade de Belém, em anos *joaninos*, emergia como possibilidade de residência e amparo – mesmo que para poucos –, principalmente considerando o estabelecimento de maridos e outros parentes que serviam como base de auxílio. No rastro da Família Real, outras famílias buscaram no Brasil sobrevivência, residência e tentaram reconstruir suas vidas. Embora, na realidade específica do Pará, esse número não tenha sido tão significativo.

Mas, nem todos iam à Amazônia por vontade própria. Alguns eram obrigados, pagando punições judiciais com o degredo. Em 27 de novembro de 1811, era remetida pelo comandante do presídio de Trafaria uma lista de condenados que deveriam ser embarcados ao Pará, na embarcação “Prazeres e Alegria”. A embarcação, que fazia linha regular entre Belém e Portugal, transportava passageiros, pólvora, madeira, sal, fio de vela, pedra calcária... e, naquele novembro de 1811, a “carga” incluía 13 presos.¹³

¹²Projeto Resgate, Pará, Arq. Histórico Ultramarino, doc. 10820. REQUERIMENTO de Vitória Maria Teresa, viúva de José de Lima Álvares e natural da cidade do Pará, para o príncipe regente [D. João], solicitando a concessão de passaporte com destino à cidade de Belém do Pará.

¹³ Projeto Resgate, Pará, Arq. Histórico Ultramarino, doc. 10915. OFÍCIO do comandante do presídio de

Entre os presos havia apenas um homem. A culpa mais comum entre as condenadas era o furto (10), outra era acusada de infanticídio, uma viúva acusada de participar da morte do marido e o único homem arrolado fora acusado de “aviso falso”. Mulheres livres, outras condenadas, esposas de altos funcionários reais, cônjuges de comerciantes, ex-escravas, prisioneiras... compunham um cenário com muitas possibilidades daqueles que partiam de Portugal e buscavam o Pará.

Epílogo

Mesmo em época *joanina*, com as incertezas rondando um Portugal em meio a avanços e recuos de invasões estrangeiras e a um Regente afastado, o ir e vir não cessou entre a Amazônia e os portos lusitanos. No rastro da Coroa, alguns partiram para o norte da América Portuguesa, e vieram por variados motivos. O instigante é não reduzirmos essas aventuras migratórias a uma nobreza perdida, nem a homens de guerra. É preciso considerar outros agentes sociais que insistiam em procurar o Brasil e a importância da família nesse “movimento”. Aliás, também é preciso pensar a presença da Família Real para além do Rio de Janeiro, relativizando seus desdobramentos.

E, nesse caleidoscópio, a Amazônia emerge como possibilidade de imagens. Seja por continuar a receber embarcações de origens portuguesas e estrangeiras, seja por se apresentar como possibilidade de sobrevivência ou expurgo de “crimes” para moradores de Portugal, seja para reunir cônjuges, pais e filhos separados por todo um oceano. Os anos *joaninos* não significaram o isolamento da região, e mesmo no auge dos confrontos peninsulares europeus, muitas embarcações e pessoas buscaram o porto da cidade de Belém. Eram anos de “movimento”, de embarcações, populações e... de História em movimento.

Bibliografia citada

ARRUDA, José Jóbson de Andrade. *Uma Colônia entre Dois Impérios: abertura dos portos brasileiros (1800-1808)*. Bauru/SP: EDUSC, 2008.

Trafaria, António Elesbão Xavier de Almeida, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde das Galveias, D. João de Almeida de Melo e Castro], sobre os indivíduos embarcados no navio "Prazeres e Alegria", com destino ao Pará, onde vão cumprir as penas de degredo a que foram condenados.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues & PAIVA, Clotilde Andrade. **Políticas de população no Período Joanino**. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, 2008. Caxambu/MG. *Anais...* Campinas/SP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.

MALERBA, Jurandir. **Sobre o tamanho da Commitiva**. In: FLECK, Eliane & SCOTT, Ana Volpi (Orgs.). *A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos, Ed. da Unisinos, 2008, pp. 160-176.

Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna, v. 1. Coimbra: Imprensa Universitária, 1932.

VIEIRA Jr., Antonio Otaviano & BARROSO, Daniel Souza. **Histórias de “movimentos”**: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, 27(1), jan.-jun./2010, pp. 193-210.